



Suplemento
do Jornal
CONTEXTO
PASTORAL nº 3
Agosto/setembro
de 1991

7

Debate

A questão ambiental: uma aproximação ecumênica

IGREJAS DEFENDEM PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA

"Torna-se necessário um trabalho que vise uma ação de solidariedade em defesa da preservação da Amazônia", concluíram os 75 participantes da Consulta Ecumênica Internacional "Criação e Libertação — o desafio da Amazônia", realizada de 8 a 11 de setembro em Belém (PA). (Página 3)

DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO

É possível um desenvolvimento que se chame sustentável para atender as necessidades do presente sem comprometer o futuro do planeta? A indagação é aprofundada no artigo do antropólogo Aurélio Vianna. (Página 22)



CONSTRUINDO PONTES: ECUMENISMO E ECOLOGIA

A tradição de se preocuparem as igrejas com o ser humano vem sendo nos últimos anos permeada pela questão ecológica. É nesta convergência temática que se encontraram o movimento ecumênico e o ambientalista.

Afirmar os direitos dos povos a uma vida digna e culturalmente autônoma é uma bandeira de anos de todos os cristãos em luta pela paz e justiça. Na base de tal perspectiva diante da vida está a certeza de que é no encontro com os desejos de povos distintos — desejos esses mais íntimos e plurais, de realização da existência da vida no planeta — que se define o futuro e vocação do mundo criado.

O movimento ambientalista internacionalmente questiona a viabilidade da vida humana, se mantidos os padrões presentes de consumo dos recursos naturais. As possibilidades de destruição da vida e dos ecossistemas trazem à tona o fracasso dos modelos dominantes de produção e reprodução da vida.

Justiça, paz e pluralismo cultural, aliados à necessidade de equilíbrio do consumo e do fim da destruição ambiental, definem um conjunto de princípios que constroem uma ponte entre o movimento ecumênico e o ambiental, cujos pilares são as preocupações das populações diretamente envolvidas com os ambientes a preservar. Tal compromisso não se traduz em representações governamentais mas, ao contrário, da sociedade civil.

No Brasil o advento de princípios de justiça, paz e integridade da criação se exprime em críticas históricas: à constituição da nossa organização social injusta; às relações internacionais de dominação; à destruição predatória dos ecossistemas; ao desrespeito dos direitos das populações envolvidas em projetos do Estado... Enfim, é o compromisso aprofundado com a diversidade cultural do País e a sua viabilização ambiental.

Apesar de serem contundentes as primeiras aproximações, é sabido que, em terras brasileiras, muito há que se percorrer ainda na construção de ponte tão importante. Um passo firme em tal direção foi a Consulta Ecumênica Internacional "Criação e Libertação — O Desafio da Amazônia". Esforço conjunto da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

Para os cristãos das várias denominações, a introdução ao tema do meio ambiente precisa ser feita de uma forma que supere a superficialidade e mecanismos de cooptação presentes no trato oficial e da grande imprensa.

O suplemento **Debate** é um espaço criado pelo jornal CONTEXTO PASTORAL no intuito de aprofundar temas especiais: da conjuntura; da Pastoral; e da reflexão teológica. Introduzir o tema do meio ambiente de forma qualitativa é uma tarefa que se propõe começar com este número. Abrimos um diálogo com os leitores que se estenderá em outras oportunidades. Nesse sentido, sabendo que a questão amazônica não resume os problemas ambientais do País, cujas dimensões continentais guardam outras e graves questões, inicia-se o público no debate ecológico sob outras vertentes e informações.

É o caso das reflexões bíblica e teológicas que procuram abrir espaços na fronteira entre ecumenismo e ecologia a partir da experiência de brasileiros envolvidos dos dois lados.

Por fim uma primeira contribuição não poderia prescindir da análise da questão do desenvolvimento tal como vem sendo tratada no cruzamento com a questão ambiental; das informações a propósito da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; e da conferência paralela a essa da sociedade civil mundial — Forum Global; as últimas no Rio de Janeiro, em 1992.

Debate

Suplemento do jornal
Contexto Pastoral nº 3
agosto/setembro de 1991
Publicação do Centro
Evangélico Brasileiro de
Estudos Pastorais — Cebep
(R. Rosa de Gusmão, 543 -
13073 - Campinas/SP - tel e
fax: 0192-41-1459) e do
Centro Ecumênico de
Documentação e
Informação - Cedi (R. Santo
Amaro, 129 - 22211 - Rio de
Janeiro/RJ - tel.
021-224-6713 e fax:
021-242-8847).

Neste número:

Editores

Magali do Nascimento
Cunha e Rafael Soares de
Oliveira

Editores-assistentes

Paulo Roberto Salles
Garcia (Mtb 18.841) e
Carlos Cunha

Diagramação

Anita Slade

Composição

Alcino Demby

Fotolito e Impressão

Tribuna da Imprensa

Conselho Editorial

Clóvis Pinto de Castro,
Geoval Jacinto da Silva,
José Bittencourt Filho e
Rafael Soares de Oliveira

Tiragem

10 mil exemplares

IGREJAS ASSUMEM COMPROMISSO COM A PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA

Paulo Roberto Salles Garcia

Investiram-se no Brasil 15 bilhões de dólares em cinco grandes projetos de desenvolvimento, e os resultados foram terríveis. A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, por exemplo, a principal obra pública da Amazônia, teve um investimento de 5,45 bilhões de dólares, mas a situação é dramática. Enquanto nas vilas da Eletronorte o padrão é Primeiro Mundo — saneamento básico, boas escolas, ruas pavimentadas —, na sede municipal de Tucuruí (a 12 km) o padrão é Quarto Mundo: índice de prostituição elevadíssimo, falta de saneamento básico, etc. Denúncias como esta, feita por

Lúcio Flávio Pinto, jornalista e estudioso dos assuntos da Amazônia, marcaram a Consulta Ecuemênica Internacional da Amazônia, realizada em Belém (PA), promoção da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), com o apoio de diversas entidades e movimentos sociais.

Sob o tema "Criação e Libertação — o desafio da Amazônia", 75 participantes de igrejas e organizações não-governamentais do Brasil, Estados Unidos, Alemanha, Suíça, Suécia, Noruega, Japão e de movimentos populares, não se limitaram,

no entanto, a denúncias. Mais do que isso, levantaram questões, relataram experiências, reuniram informações e emitiram uma série de recomendações às igrejas do Primeiro Mundo e do Brasil, aos segmentos sociais e à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), a ser realizada em junho do próximo ano.

Para o secretário de Missões da IECLB e um dos coordenadores da Consulta, Rui Bernhard, já é hora de as igrejas se despertarem no sentido de que "tanto no Brasil como nos países do Norte, elas assumam posições mais coerentes, até mesmo pressionando os governos". Na sua opinião, esta é uma forma de "minorar os problemas de destruição do homem e da natureza, frutos de decisões políticas e econômicas que são tomadas".

INFORMAÇÕES "IN LOCO"

Apesar de realizada entre os dias 8 e 11 de setembro, a Consulta, na realidade, teve início uma semana antes, quando os participantes visitaram quatro áreas da região amazônica: Porto Velho, Manaus, Tucuruí e Marabá. Essa etapa do evento

Fotos de Paulo Roberto Salles Garcia



Relato da visita feita a Tucuruí



Grupos aprofundam discussões



foi fundamental para que fossem formuladas as teses e questões que serviram como pano de fundo de toda a reunião. E também para que todos descobrissem "in loco" a realidade da Amazônia e o total descaso de governos passados e do atual com o homem que vive na região. "Fiquei assustado de ver como o homem e a natureza foram totalmente ignorados na implantação dos grandes projetos", afirmou o impressionado Wolfgang Kaiser, da Central Evangélica de Ajuda ao Desenvolvimento (EZE), agência alemã. Como ele, outros participantes do exterior reconheceram que as informações que chegam ao Primeiro Mundo sobre a Amazônia destacam os efeitos das queimadas, da derrubada das árvores, mas não dão conta do homem que enfrenta toda uma série de dificuldades para sobreviver diante de condições tão adversas, como é o caso dos índios, seringueiros,

garimpeiros, lavradores sem-terra, entre outros.

Franklin Canelos, secretário da Federação Luterana Mundial para América Latina e Caribe nos assuntos de missão e desenvolvimento, acredita que "não há dúvidas, como vimos em Marabá, sobre os danos ecológicos causados pelos grandes projetos multinacionais, especialmente europeus, frutos da exploração inadequada que impõem". Canelos observa que os países do Primeiro Mundo têm uma dupla moral quando se trata de preservar os recursos naturais: "enquanto tomam uma série de medidas contra a contaminação e redução de carburantes em seus territórios, não se importam, por exemplo, de vender produtos químicos para fins agrícolas ou medicamentos cuja comercialização é proibida por seus governos".

A compreensão de que o homem é elemento integrante da Amazônia e que, como as ár-

vores, aves e florestas, deve ser defendido, norteou as discussões da Consulta. No relatório do grupo que visitou Porto Velho, a preocupação principal se centrou nos agricultores que vêm sendo acusados de ser os predadores da Amazônia, especialmente em Rondônia, e obrigados a voltar para suas cidades de origem. "Não são os pequenos produtores que destroem a natureza, mas sim os grandes projetos", reagiu Benilde Grings, articuladora do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica.

TOTAL DESCASO

Foram os próprios homens e mulheres da Amazônia que apresentaram os depoimentos mais marcantes. Nas experiências relatadas, líderes de seringueiros, dos povos indígenas e de pequenos agricultores frisaram o descaso das autoridades para com essas e outras categorias que vivem na região. Orlan-

AMAZÔNIA: DISCURSO AMBIENTAL E PRÁTICA PREDATÓRIA

Lais Menezes

O Brasil modificou-se nas décadas de 1970 e 1980. Mas nada é comparável às profundas transformações ocorridas na Amazônia nesse mesmo período. "Onde havia selva, rios, animais, índios e caboclos, precisava haver pastagens, campos de cultivo (de produtos exportáveis de preferência), fábricas, cidades, estradas, hidrelétricas: tudo que tivesse valor, transformado pelo trabalho — e sobretudo pelo capital — do homem. O mundo fora dessa moldura, embora sendo exatamente o mundo amazônico, não conta". (Pinto, Lúcio Flávio — Decálogo da Amazônia).

A Amazônia passou de uma sociedade marcada pela extrativismo para uma economia dual e complexa com centros de produção capitalista ilhados na floresta, mas articulados ao sudeste/sul do País.

AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA AMAZÔNIA

A diretriz orientadora para as transformações que se operaram na Amazônia foi, num primeiro momento, a integração nacional baseada em razões estratégicas e geopolíticas da segurança nacional, defesa das fronteiras e do território contra a possível "cobiça internacional". O impulso integrador decisivo ocorre, no entanto,

na década de 1970, por meio de um conjunto de ações e programas de construção de rodovias, produção de energia (hidrelétricas), transferência de populações de outras regiões e incentivo ao investimento de capital privado, estatal e multinacional para a exploração das grandes reservas naturais da Amazônia.

De projeto geopolítico, a Amazônia transforma-se em fronteira de recursos e escoadouro de milhões de brasileiros que são expulsos de suas terras no Nordeste e, também, no Sul, por conta da modernização da agricultura.

A concepção do Polo Amazônia, instituído em 1974, resume a política de ocupação da Amazônia. Distribuindo geograficamente pela região pólos de desenvolvimento — agrominerais, madeireiros, agropecuários e agroindustriais —, permitiu a implantação de políticas e investimentos em:

- projetos de colonização oficiais e particulares ao longo dos eixos rodoviários e em suas áreas de influência;
- construção de infra-estrutura: rodovias, energia, comunicações, etc.; e
- implementação de grandes empreendimentos agropecuários, agroindustriais e de mineração. (Ver figura)

O Estado exerceu, em toda a extensão, o papel

dino Baré, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), destacou que os índios têm sido vítimas de assassinatos, doenças trazidas pelos brancos, além de sofrerem a violência cultural: "Já não falamos nossas línguas nativas, mas sim a dos grupos dominantes", revolta-se. Baré acredita que a sobrevivência dos povos indígenas está diretamente ligada à questão agrária: "a não ser que demarquem corretamente nossas terras, não

conseguiremos viver física e culturalmente". O líder indígena criticou também a atitude do governo com relação às pistas clandestinas de pouso e decolagem nas terras dos Yanomami. "Apesar de muito alarde, o presidente Collor mandou explodir apenas uma pista no território Yanomami, a qual, aliás, foi recuperada em seguida pelos seringueiros".

Em sua fala, o líder do Conselho Nacional dos Seringueiros, José Vilson Nunes, apresentou

dados sobre desvio de verbas destinadas a reservas extrativistas. Segundo ele, os "22 milhões de cruzeiros assegurados à reserva de Ouro Preto, em Rondônia, acabaram em 12 milhões que foram usados para a aquisição escolar e hospitalar". "O pior disso tudo", continua, "é que até agora não recebemos nada do que foi prometido".

Para Benildes Grings, há 18 anos na Transamazônica, a situação da rodovia é de total abandono. Segundo ela, as 420 mil pessoas que vivem nas cidades às margens da estrada de mil quilômetros de extensão dispõem apenas de nove médicos, um dentista e três hospitais públicos. "75% das crianças em idade escolar estão fora da escola", acrescenta Benildes.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Não foi por falta de informações que os participantes da Consulta deixaram de conhecer a realidade amazônica e os desafios



Hugo Assmann, teólogo católico



Marília Schüller, teóloga metodista

de realizar uma modernização acelerada da floresta e das populações locais, quase sempre com resultados desagregadores para as nações indígenas e as formas tradicionais de organização social (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos).

OS PRINCIPAIS IMPACTOS

Esse processo "modernizador", conduzido de forma autoritária, criou um poder impessoal na figura das grandes empresas estatais e privadas, deixando à margem das decisões sobre a região até mesmo os governantes estaduais e municipais. Além disso, acentuou os conflitos pela terra, a concentração fundiária e a grilagem e o desrespeito aos direitos humanos — com o assassinato de camponeses, líderes sindicais e seringueiros. Os povos indígenas tiveram suas terras invadidas por madeireiros, garimpeiros e agricultores bem como sofreram pressões para a implantação de hidrelétricas, minerações e estradas.

As cidades da Amazônia sofreram rápido processo de inchamento e degradação em virtude da migração de trabalhadores rurais sem terra e devido à desestruturação da economia tradicional. Transformaram-se em cidades sem infra-estrutura, com problemas de saneamento básico, sub-habitações e miséria.

Os grandes projetos minerais e hidrelétricos formaram, em torno de si, verdadeiros cinturões de pobreza, atraindo populações que, na perspectiva de empregos e melhoria de vida, acabaram confina-

das em favelas, os chamados "beiradões" da Amazônia. A falência dos projetos de colonização e o destaque dado à exploração aurífera em Serra Pelada condicionaram verdadeira corrida do ouro. O norte do Mato Grosso, o sudoeste do Pará, o estado de Rondônia e Roraima (em particular as terras dos índios Yanomami) protagonizaram essa invasão garimpeira.

A AMAZÔNIA HOJE

Os impactos socioambientais decorrentes do processo recente de ocupação da Amazônia projetaram a região para o centro das atenções internacionais.

As taxas de desmatamento, divulgadas em 1987, e as queimadas ganharam destaque mundial levantando o problema das possíveis consequências sobre o aquecimento global do planeta bem como a perda da biodiversidade.

A projeção internacional, aliada ao trágico cenário da Amazônia no final da década de 1980, condicionou novas estratégias para a região. Os organismos financiadores internacionais (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID), pressionados pela opinião pública, começam a subordinar os empréstimos a prévias avaliações ambientais. Agrega-se a este fato a implantação da legislação ambiental brasileira, efetivada na resolução Conama 001/86, que instituiu a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e respectivos Relatórios de Impacto do Meio Ambiente (Rima)

que apresenta. Uma das reflexões mais importantes ficou por conta do jornalista Lúcio Flávio Pinto, que fez uma análise de conjuntura da Amazônia. Segundo avaliou, a região vive hoje "um momento crítico, com conotações políticas e penais", principalmente quando o assunto é a internacionalização, da qual o governo — leia-se os militares — têm verdadeiro horror. Esse tema é tão preocupante para as Forças Armadas que a Escola Superior de Guerra divulgou um documento — "1990-2000: a década vital" —, em que afirma pairar sobre a Amazônia o risco da internacionalização, por parte de interesses da Alemanha, França, Estados Unidos, entre outros países. O documento chega a admitir a possibilidade de transformar a região em estado de guerra para frear qualquer tentativa nesse sentido. "Por trás desse clima de histeria dos militares, cujas teses para não abri-



Wolfgang Kaiser, da EZE: assustado

rem mão da Amazônia 'brasileira' são a ecologia e a defesa dos povos indígenas", explica Lúcio Flávio, "escondem-se interesses inconfessáveis".

A contradição governamental é grande e facilmente visível a olho nu, da mesma forma como são visíveis os prejuízos decorrentes dos grandes projetos de desenvolvimento implantados — alguns já abandonados — na região. "Só para exemplificar", afirma Lúcio, "a Hidrelé-



Orlandino Baré denuncia violência contra indígenas

trica de Balbina, depois de três anos de construção e com um custo equivalente a 1 bilhão de dólares, é questionada, e o projeto do senhor Daniel Ludwig, depois de desmatar grandes extensões de terra, foi abandonado, com prejuízos da ordem de 50 bilhões de dólares". O estudioso foi mais longe:

A Amazônia não só já está internacionalizada, como o governo se mostra generoso, concedendo incentivos fiscais e abrindo

AMAZÔNIA LEGAL

Extensão — A Amazônia Legal compreende os estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, oeste do Mato Grosso, somando cerca de cinco milhões de hectares. Constitui 57% do território brasileiro e corresponde a 66% da Amazônia continental. São 11.248 km de fronteiras internacionais.

População — A população total da Amazônia Legal (projetada para 1989) é de cerca de 13 milhões de habitantes, divididos em 342 municípios. O perfil da população economicamente ativa, feito pelo IBGE com base no Censo Demográfico de 1980, aponta para a região Norte (Acre, Amazonas, Rondônia, Pará, Amapá e Roraima) um total de 1.772.834 pessoas, das quais 145.121 foram registradas como caçadores, pescadores e extrativistas vegetais. Dentre esses, os seringueiros isoladamente somaram 68.543 (4%). Este

número, multiplicado pelo tamanho médio da família seringueira na região (fator 6) daria um total aproximado de 400 mil pessoas vivendo diretamente dessa atividade.

Quanto aos índios, existem atualmente na Amazônia 175 povos indígenas diferentes, com uma população totalizando cerca de 140 mil pessoas. Há dezenas de povos indígenas "isolados", isto é, sem contato regular com a sociedade nacional. Em Roraima, por exemplo, os índios perfazem 72% da população rural e no Amazonas chegam a quase 10%.

Garimpeiros — Estima-se que 600 mil pessoas estejam envolvidas diretamente na atividade garimpeira na Amazônia, com uma produção real estimada de 120 toneladas de ouro em 1988, isto é, 9% do PIB da região.

Ecossistema — A floresta tropical, que cobre a maior parte da Amazônia (31% do total de florestas tropicais do planeta), permanece básica-

mente desconhecida por parte da ciência moderna. Estima-se que nela vivam 80 mil espécies vegetais e 30 milhões de espécies animais, constituindo-se no maior patrimônio biológico do mundo.

Desmatamento — A área desmatada até 1988 na parte florestal da Amazônia Legal está estimada em 410,7 mil km², ou 8,4% da floresta, segundo o cientista Philip Fearnside, do Inpa.

(Fonte: Revista Tempo e Presença, agosto/setembro de 1989, CEDI)

Legenda do mapa

- 1 Projeto Jari — extração de caulim, fabricação de celulose, reforestamento
- 2 Hidrelétrica Balbina
- 3 Hidrelétrica Samuel
- 4 Hidrelétrica Tucuruí
- 5 1 Mineração Pitinga (estanho/cassiterita)
- 6 2 Mineração Porto Trombetas (bauxita)

3 Mineração Serra do Navio (manganês)

Triângulo de Carajás — Projeto Grande Carajás

- a) Ferro Carajás (CVRD)
- b) Alunorte/Albrás — Barcarena (alumínio)
- c) Alumar — São Luís (alumínio)

"b" e "c" utilizam matéria prima produzida na região (bauxita) e grande parte da energia gerada em Tucuruí, fornecida a preços subsidiados.

Dentro do Triângulo — projetos agropecuários, extração de madeira, ferro-gusa (siderometalúrgicos)

- colônização privada
- colônização oficial
- áreas indígenas decretadas
- 6 garimpo
- +++++ estrada de ferro
- rodovias implantadas
- - - - - rodovias planejadas
- A petróleo/gás

as portas para o capital estrangeiro — denuncia. De todo o estanho do mundo, 25% é proveniente da Amazônia, da mesma forma que 20% do alumínio japonês. Lúcio Flávio acha importante, no entanto, “separar o joio do trigo”, já que se processam na região embates científicos e de vanguarda “da maior importância” para todo o mundo.

Outra contribuição à Consulta foi feita pelo sociólogo José Carlos Tavares, que abordou a questão da violência no campo e na Amazônia. Em sua palestra, lembrou que a ocupação da região produziu várias formas de violência, que vão desde a agressão ao meio ambiente até a marginalização de um enorme contingente da população do processo produtivo, cujas consequências se vêem em assassinatos pela disputa e posse da terra. Segundo dados apresentados, mais de 50% das terras da Amazônia estão concentradas nas mãos de 1% da popu-

lação, e de 1985 a 1990 houve um total de 3.374 conflitos pela terra em todo o País, com uma morte a cada quatro dias.

Para completar o quadro dos números da Amazônia, participou também o ecólogo Philip Fearnside, diretor do Departamento de Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e um dos maiores especialistas mundiais em florestas tropicais. Segundo ele, os desmatamentos na Amazônia, que já chegam a 10% de toda a floresta, são responsáveis por 6,3% do efeito estufa na Terra. “O maior perigo dessa acumulação de gases na atmosfera não é principalmente o aumento do nível dos mares, mas as mudanças climáticas em áreas de grande produção de alimentos”.

COMPROMISSO RADICALMENTE ECUMÊNICO

“Nada existe de mais antiecológico do que a miséria e a pobreza”,

denunciou Hugo Assmann, teólogo católico e professor na Universidade Metodista de Piracicaba (SP), numa das palestras mais aguardadas da Consulta. Para Assmann, que defende uma ecoespiritualidade da libertação, existe um discurso ambientalista ambíguo, que isola a questão ecológica como se pudesse ser separada das preocupações sociais, e que pensa na natureza esquecendo a realidade sócio-histórica dos seres humanos. “Não se pode lutar por eliminar primeiro a miséria para depois preocupar-se com a ecologia”, enfatizou o teólogo.

Hugo Assmann abordou também o tipo de contribuição específica que a teologia pode oferecer para a análise da questão da Amazônia. “Entre as tarefas que podemos imaginar”, descreve, “estão a dignificação das formas concretas de vida, resgate da simbiose homem-natureza, direito de não-violância da



identidade religiosa dos povos da floresta, etc". Segundo ele, no entanto, é importante contribuir para desfazer perigosas projeções míticas sobre a realidade amazônica, "a fim de que ela possa ser assumida responsabilmente, como é". Assmann considera urgente "julgar" a diferença entre a Amazônia real daquele tipo de ecologismo que talvez, sem percebê-lo, anda de mãos dadas com interesses bem determinados".

Para Marília Schüller, teóloga metodista e coordenadora do Programa da Pastoral da Mulher do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebepe), no atual momento de urgência, a sobrevivência do planeta é radicalmente ecumênica, pois envolve a oikoumene: "o ecumenismo radical que precisamos não é radical apenas porque envolve tudo — terra, água, ar, todas as pessoas, a vida vegetal —, mas o é também por exigir uma profunda transfor-

mação nas concepções e práticas ecumênicas vividas até o momento", defende ela. Na sua opinião, mais do que nunca a tarefa de promover a vida "exige que nos juntemos com todos aqueles que lutam pela vida, no caminho da libertação, na construção do Reino de Deus".

Ao final do encontro, os participantes emitiram a "Carta de Belém", documento que reúne recomendações dirigidas às igrejas do Norte e também do Brasil, e à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92). Entre outros aspectos, o documento protesta contra a situação de violência social no interior da Amazônia e a exclusão e o empobrecimento dos migrantes que foram para a região incentivados pelo governo.

(Ver "Carta de Belém", nesta edição)



Rui Bernhard, um dos coordenadores da consulta

TRAGÉDIA E VIOLÊNCIA QUE A MÍDIA NÃO MOSTRA

Nem tudo o que aparece nas telhas e jornais corresponde necessariamente aos fatos reais. E nem tudo aparece. Se muitos já defendem essa tese, um novo contingente de pessoas agora faz também coro. São os participantes da Consulta Ecumênica Internacional da Amazônia, que, na primeira etapa do evento, visitaram as regiões de Tucuruí, Manaus, Marabá e Porto Velho.

para estradas, hidrelétricas, minerações, projetos agropecuários, etc. Cumpre destacar alguns fatos indicativos dessa nova estratégia:

- em 1987 o governo federal extinguiu o Programa Polo Amazônia, incentivador do desenvolvimento de pólos agropecuários, industriais e de mineração;
- A Constituição de 1988 declarou a Floresta Tropical da Amazônia como patrimônio nacional;
- O governo constituiu, em 1989, o Programa Nossa Natureza com medidas de caráter emergencial para conter o desmatamento, como a suspensão, por 90 dias, dos incentivos fiscais e proibição da exportação da madeira em toras.

O Programa Nossa Natureza, no bojo do qual foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), iniciou um novo discurso para a região sugerindo a implantação de um novo modelo de desenvolvimento, "uma fase de desenvolvimento sustentável".

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DA "NOVA REPÚBLICA" AO GOVERNO COLLOR

As diretrizes para tal desenvolvimento foram assim descritas no Programa Nossa Natureza:

- conter a ação predatória sobre o meio ambiente e recursos naturais renováveis;
- estruturar um sistema de proteção ambiental;
- disciplinar a ocupação e exploração racionais fundamentadas no ordenamento territorial;

- regenerar ecossistemas afetados pela ação do homem;
- proteger as comunidades indígenas e as populações dedicadas ao extrativismo.

Em resumo, o discurso do governo Sarney, ou da "Nova República", nesse momento, incorporou uma visão crítica ao desenvolvimento implantado para a Amazônia como nefasto e degradador do meio ambiente. Pressupunha uma visão preservacionista, o pré-requisito da realização de um zoneamento ecológico-econômico para a implantação de projetos e os fatores externos que justificariam a preservação da Amazônia no equilíbrio global do planeta (aquecimento e preservação de biodiversidade).

O governo Collor assumiu o mesmo discurso e avaliação sobre a situação da Amazônia. Criou a Secretaria de Meio Ambiente (Semam) diretamente ligada à presidência, como um organismo regulador e criador de políticas. O Ibama ficou vinculado à Semam.

A Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), também vinculada à presidência, elaborou um documento para a ação governamental na Amazônia condicionando toda e qualquer exploração econômica à realização do primeiro zoneamento ecológico-econômico. Paralelamente o governo apresentou um programa-piloto (dentro do espírito das diretrizes da SDR) para o G-7 (grupo dos sete países mais ricos — EUA, Canadá, Japão, Alemanha, França, Itália e Inglaterra) visando angariar recursos para a implantação de políticas para



Lúcio Flávio Pinto: A Amazônia já está internacionalizada

Apesar de muitos já terem contato direto com conflitos de terras e conviverem com a violência no dia-a-dia, a realidade amazônica mostrou-se impressionante. Para Arnaldo Millan, integrante da coordenação nacional do Movimento Nacional dos Sem-Terra, a contradição entre a situação da população de Serra Pelada — onde esteve — e a da área cercada do Projeto Carajás é alarmante. "Parece que são dois países diferentes", testemunha,

acrescentando que "enquanto do lado de dentro da área do Projeto existe uma verdadeira fortaleza para um número reduzido de pessoas, com completa infraestrutura, o lado de fora mostra um país violento, doente e injusto".

Quando o assunto é a ocupação do território e a instalação dos grandes projetos, a situação é ainda mais dramática e mascarada pela mídia. De acordo com o relatório do grupo que visitou Tucuruí, a migração acelerada provocada pela propaganda desenvolvimentista do governo, sem um planejamento prévio, comprometeu o meio ambiente e resultou num alto crescimento da população. De 1970 até hoje, a população cresceu de 7 mil para 550 mil habitantes. As consequências sociais e para o meio ambiente são desastrosas: o projeto da Hidrelétrica de Tucuruí inundou uma área de 2.430 km², transferindo grande número de indígenas e pequenos produtores para áreas de assentamento sem infraestrutura satisfatória (sem escolas nem posto de saúde); provocou o aparecimento de insetos até então desconhecidos, a

diminuição da caça e pesca e o desaparecimento da madeira. Para completar o quadro, o órgão do governo, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e proteção ambiental — o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) — tem sua sede situada dentro dos limites da Eletronorte, que comanda a Hidrelétrica de Tucuruí.

Na opinião de Rui Josgrilberg, pastor metodista ligado ao Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME), o grau de violência é enorme, com crescente pressão aos trabalhadores sem-terra. "Impressiona perceber como as oligarquias rurais estão articuladas com a Polícia Militar, o Exército e o Poder Judiciário para inibir qualquer ação alternativa ou de resistência dos sem-terra". Ele e mais um grupo de pessoas visitaram sete trabalhadores — presos sob a acusação de que eram 'formadores de quadrilha' — e reivindicaram a libertação deles junto à juíza local, que "nos tratou com total má vontade e cinismo". A juíza é nora do prefeito da cidade.

a Amazônia. A liberação de parte mínima da verba (US\$ 50 milhões de 1,5 bilhão pretendidos) frustrou as intenções governistas e adiou o zoneamento para 1993.

A política ambiental do governo Collor, embora substituindo o conceito de "desenvolvimento a qualquer preço", levado a termo nas duas últimas décadas, para o "desenvolvimento sustentável", o faz através de uma simples retórica preservacionista. O aparelhamento do Estado, centrado na eficiência e aplicando políticas corretas, seria capaz de reverter o quadro de degradação, fruto de um planejamento inadequado.

Fica nítido, mais uma vez, o caráter intervencionista, tecnocrático e autoritário de tal concepção. O processo de "desenvolvimento" da Amazônia caracterizou-se, na história recente, pela imposição de políticas traçadas em Brasília e exclusão da participação da sociedade. A adjetivação recente do desenvolvimento não parece garantir a reversão do quadro. Ou seja, o conteúdo da nova política reproduz velhas práticas ao desconhecer a dinâmica dos movimentos sociais e os interesses da sociedade.

Do ponto de vista da política institucional — ou do poder político local —, a reação surgiu a partir de uma articulação entre os governadores da Amazônia Legal eleitos em 1990.

Posições arqui-conservadoras como a do governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, capitanearam a aprovação do Código Amazônico, reivindicando a autonomia de decisão sobre os recursos

naturais, perda de autoridade do Ibama sobre a Amazônia e livre exploração dos recursos naturais por empresas ou pessoas mediante concessão dos governos estaduais.

A constitucionalidade do Código impediu a sua conscientização mas o governo federal foi obrigado a negociar. Com a realização de uma reunião com os governadores "para unificar o discurso sobre a Amazônia", o governo federal assumiu o compromisso de só organizar políticas de desenvolvimento para a região após consultas e análises dos governos estaduais.

Seringueiros, castanheiros e povos indígenas, contemplados na nova política em função da regularização das reservas extrativistas e das terras indígenas, também não foram ouvidos. Compreendem que sem a resolução da questão fundiária na Amazônia como um todo suas áreas continuarão sob pressão de posseiros, garimpeiros e latifundiários.

Da mesma forma, as cidades amazônicas, enfrentando problemas crônicos decorrentes do crescimento acelerado, carecem de soluções estruturais. Correm o risco de transformar-se, hipoteticamente, em ilhas de miséria e degradação dentro da perspectiva preservacionista oficial, que nem sequer as considera.

Recorrendo a um substantivo — a democracia —, pode-se dizer que a complexidade dos problemas da Amazônia só poderá ser equacionada com uma ampla participação da sociedade.

O COMPROMISSO DAS IGREJAS COM A VIDA NO PLANETA

A palavra das Igrejas sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o Fórum Global Rio-92, evento paralelo da sociedade civil

Desde 1983 o Conselho Mundial de Igrejas colocou em sua agenda a preocupação com o meio ambiente na perspectiva da justiça, paz e integridade da criação. O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e suas igrejas-membros assumiram também esse tema. Procuramos, no entanto, fugir do enfoque apenas ecológico — se usa ou não agrotóxicos, se vai sobrar mata na Amazônia, etc. — para defender uma perspectiva da organização global das nossas relações sociais e econômicas, para que a justiça e a paz enfim possam florescer e as pessoas tenham um mundo agradável para viver.

Como igrejas, temos uma vivência histórica muito maior do que alguns governos, e a preservação da terra e da qualidade de vida para as gerações futuras é um compromisso que vem da nossa fé e de nossa percepção sobre a perpetuação da vida sobre o planeta. Nesse sentido será importante que se discutam os problemas da terra como meio ambiente e planeta.

Com relação à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — também chamada de Eco-92 —, ela é bem-vinda, sem com

isso dizer que estamos plenamente confiantes que se vão colocar em prática todas as iniciativas que se apresentam. Sabemos muito bem que organismos políticos trabalham muito mais a propaganda do evento do que a efetiva prática em benefício das populações que eles mesmos governam. Esperamos também que o projeto não seja torpedeado, como as ameaças que há. Já no primeiro relatório do governo brasileiro, foi acenado que este poderia ser substituído ou emendado, como será provavelmente o que vai acontecer. Entramos numa relação com um governo que está sempre disposto a mudar as regras,

tema da ecologia, de forma que não vá parecer ao mundo que só existe a versão oficial sobre a questão. É também importante que as vozes que estão mais fundamentadas e bem mais relacionadas com a vontade popular possam manifestar-se tão alto quanto possível, para que não sejam sobrepostas por vozes oficiais que nem sempre estão de acordo com os interesses da maioria da população.

Nesse sentido nos solidarizamos com o evento paralelo, do qual participamos como observadores. Consideramos a iniciativa do evento paralelo muito boa, não por ser contestatória mas porque a sociedade civil



fato que nos deixa apreensivos. Só temos que esperar e pressionar, portanto, para que os compromissos assumidos sejam cumpridos nos respectivos países, e especialmente no Brasil.

O Conic apóia integralmente o Fórum Global Rio-92, o evento paralelo organizado pela sociedade civil, porque ele vem na direção de uma pluralidade de vozes e manifestações sobre o

não está limitada ao governo. Acima de tudo, ela deve se expressar onde, quando quiser e na forma que parecer mais importante e necessário, como é o caso dessa discussão tão importante para os destinos do Brasil e do mundo.

Depoimento de Emil Albert Sobbotka, secretário-executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs — Conic

CRIAÇÃO E LIBERTAÇÃO — O DESAFIO DA AMAZÔNIA

Paulo Whitaker/Folhas



Trechos da Carta de Belém, elaborada pelos participantes da Consulta Ecológica Internacional sobre a Amazônia — 8 a 11 de setembro de 1991

As marcas do desmatamento

REFLEXÃO E CONFISSÃO DE PECADOS

Reconhecemos que, como igrejas, como cristãos e como cidadãos do Brasil, da América Latina e de países do Norte, estamos envolvidos, de muitas maneiras, com as causas e processos que levaram à situação em que a Amazônia se encontra:

1. Como igrejas, estamos conscientes de que os assim chamados "500 anos de evangelização" têm sido também 500 anos de dominação e resistência. As igrejas, através de sua evangelização, marcada pelo flagrante desrespeito às religiões e às culturas indígenas, contribuíram para a dominação e o extermínio de grande parte das populações nativas.

2. Somos parte, muitas vezes favorecida, de um sistema econômico nacional e internacional que acumula riqueza para uns e expropria outros. Essa expropriação empurra pessoas para a Amazônia — colonos, garimpeiros, trabalhadores diversos e as famílias — e as entrega à miséria.

3. Entendemos que o endividamento externo dos países dependentes amordaça suas economias, levando-os a promover a degradação social e ambiental a serviço dessa dívida, enquanto que também as igrejas dos países ricos se beneficiam dos juros pagos pelos países pobres.

4. Não temos agido com suficiente eficácia contra o latifúndio, as empresas internacionais e nacionais e as oligarquias instaladas no poder na Amazônia, para impedir que sua atuação atente contra os direitos humanos e obstaculize a democracia e a justiça social.

5. As igrejas têm sido obedientes a governantes corruptos e irresponsáveis, sendo muitas vezes coniventes com eles em troca de pequenos favores, e poucas vezes têm levantado sua voz contra essa subserviência.

6. A maioria das pessoas cristãs mais abastadas, tanto nos países ricos como nos pobres, consome irresponsavelmente recursos e energia, sem preocupar-se com os custos ambientais que o provimento destes recursos exige.

7. Assistimos com indolência ao uso dos meios de comunicação de massa pelos poderes políticos e econômicos como reforço de sua dominação.

8. Favorecendo a propriedade privada temos contribuído para a justificação da privatização da terra.

Estes atos e omissões, e outros fatores de responsabilidade de pessoas, fomentam a destruição social e ambiental da Amazônia, e qualquer transformação dependerá de mudanças na orientação e nas atitudes de igrejas, governos e indivíduos.

MUDANÇAS NECESSÁRIAS

1. Garantir a sobrevivência das pessoas diretamente atingidas

A destruição da floresta tropical, que concentra a atenção internacional sobre a região amazônica, é o sinal mundialmente visível de uma crise dessa região. Os atingidos por essa crise, no entanto, são em primeiro lugar pequenos agricultores, seringueiros, garimpeiros, pescadores e povos indígenas, mulheres, homens e crianças. To-

da tentativa de contornar esta crise deve ter o seu início no empenho para garantir a sobrevivência dos imediatamente atingidos. Isso não deve ser feito através de ações assistencialistas ou de distribuição de presentes com fins eleitoreiros, mas requer um novo direcionamento da política amazônica em nível regional, nacional e internacional.

2. Proteção do espaço de vida dos povos indígenas e seringueiros

Uma das tarefas mais urgentes consiste em uma ação que vise a proteção do espaço de vida desses povos. Isso exige a urgente demarcação das terras indígenas, conforme o seu direito originário, bem como a sua proteção contra invasões de latifundiários, madeireiros e garimpeiros, e o impedimento da construção de novas rodovias, militarização e assentamento de pequenos agricultores.

3. Desenvolvimento sustentável

É também indispensável que as áreas de extrativismo sustentável sejam imediatamente demarcadas, protegidas, e sejam desenvolvidas novas formas de manejo florestal e agrícola. Faz-se também necessário ampliar significativamente a pesquisa sobre as possibilidades do extrativismo sustentável e agrossilvicultura. Isso pode acontecer num trabalho sistemático junto com os pequenos agricultores, os extrativistas, bem como os povos da floresta.

4. Cumprimento das leis existentes

Atualmente existe o perigo de que todo o empenho para a proteção do meio ambiente, tal como praticado pelos órgãos governamentais, venha a tornar-se em inimigo dos habitantes da Amazônia. Isso se deve ao fato de que a legislação em vigor sobre o manejo das florestas só é aplicada para os pobres, mas não para os latifundiários e o capital internacional. Com isso as injustiças sociais tornam-se ainda mais acentuadas. Exigimos que as leis existentes sejam cumpridas sem acepção de pessoas e que seja garantida uma ação imparcial do Poder Judiciário. A reforma e a democratização do Poder Judiciário é um pressuposto indispensável para acabar com a impunidade que agrava a violência, as injustiças sociais e a destruição do meio ambiente.

5. Reforma agrária

O fortalecimento dos movimentos populares e organizações indígenas se dá junto com a busca de modelos alternativos de desenvolvimento da região amazônica. Estes apontam para a necessidade de realização imediata da reforma agrária, não restrita à distribuição de terras, mas que possa garantir o exercício pleno da cidadania, o fim dos grandes

projetos agropecuários e a reformulação da atual política energética, até agora causadora da devastação do meio ambiente e desenvolvida em benefício das grandes empresas.

6. Reforma urbana

Além da reforma agrária, urge a realização de uma reforma urbana. Nas capitais da Amazônia brasileira vivem 70% da população em condições sub-humanas. As políticas públicas aplicadas nessas cidades favorecem o capital e não a maioria da população, causando o pior impacto ambiental e ecológico.

7. Mobilização internacional

Os países industrializados participam de muitas formas na destruição da Amazônia: eles determinam o modelo de desenvolvimento e fornecem a tecnologia; são os principais consumidores dos recursos naturais que são obtidos através da exploração predatória da natureza; determinam as condições de mercado para a economia brasileira. A dívida externa para com os países industrializados cria a necessidade de ampliar "a qualquer custo" a exportação. Por isso a opinião pública internacional deve ser mobilizada para denunciar as violações dos direitos humanos nos meios de comunicação, mediante os mais variados instrumentos de pressão. Também é necessário que os povos do Primeiro Mundo sejam conscientizados sobre o modo de produção de produtos regionais, a fim de criarem um movimento de consumidores e consumidoras, exigindo preço justo e condições de trabalho humanas. Além disso, os governos, as multinacionais e os grandes bancos dos países industrializados devem ser confrontados com as seguintes exigências:

- Criar uma política energética compatível com a preservação do meio ambiente, usando pesquisas e o uso de alternativas já existentes. Isso implica no cancelamento da construção de grandes hidrelétricas.
- Abandonar qualquer idéia de redirecionamento da dívida externa para projetos de desenvolvimento, considerando que a dívida externa já foi devidamente paga e conseqüentemente a continuidade de



Projeto Carajás



seu pagamento é injusta e imoral.

- Participar do financiamento de projetos de manutenção do sustento das necessidades vitais de índios, posseiros, pequenos agricultores e extrativistas, bem como de medidas em defesa do meio ambiente no contexto da mineração e da indústria.

- Enfrentar o problema da recuperação e posterior estabilização dos preços para as matérias-primas, para garantir especialmente a sobrevivência de pequenos agricultores e extrativistas, com suas famílias.

- Elevar substancialmente sua própria contribuição para a defesa dos recursos globais (por exemplo, o clima).

CONCLUSÃO

Dirigimos estas propostas, posicionamentos e desafios aos seguintes endereços:

1. ECO-92

Com preocupação, constatamos que esse evento corre o sério risco de terminar em frustração, devido a fatores como a inércia dos governos ou a

Murilo Santos / CEDI



desinformação dos povos. No entanto, em meio à crise social e ambiental de hoje, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento será um fórum diplomático de extrema importância. Constituir-se-á numa oportunidade significativa para que se procure atingir um novo estágio na luta pela libertação. É nessa perspectiva que fazemos as propostas acima.

2. Igrejas no Hemisfério Norte

Os desafios e as propostas terão maior força quando forem assumidos também pelas igrejas

do Hemisfério Norte. Para tanto, torna-se necessário um trabalho de conscientização que vise uma ação de solidariedade em defesa da luta pela preservação da Amazônia.

Neste sentido, sugerimos passos concretos, tais como:

- o boicote ao uso da madeira e de minérios vindos da região amazônica;
- o desenvolvimento de programas de parceria entre igrejas do Norte e do Sul com a finalidade de fortalecer as ações de solidariedade;
- desmascarar as missões fundamentalistas originárias dos países do Norte que doutrina os povos indígenas, segundo os interesses do poder dominante e que destroem sua cultura e religião;
- participar da reflexão crítica sobre as comemorações dos assim chamados "500 anos de evangelização".

3. Igrejas e movimentos sociais do Brasil

Na medida em que qualquer igreja ou movimento social no Brasil está, direta ou indiretamente, inserido na realidade da Amazônia, é de fundamental importância que seja assumido um compromisso decisivo em defesa da preservação do meio ambiente, tendo como pressuposição os seguintes componentes:

- uma nova leitura da Bíblia com conceitos eco-teológicos, que anime para a luta em favor da libertação social e ambiental;
- a busca de uma espiritualidade comprometida com a criação de Deus e com todas as formas de vida na terra;
- o aprofundamento de um ecumenismo que priorize a defesa da vida em programas específicos que unam as igrejas e movimentos sociais numa prática conjunta;
- o envolvimento conjunto com os movimentos sociais populares e ONGs, na busca da preservação da vida no planeta, respeitando a autonomia de suas lutas específicas;
- o desenvolvimento de uma posição crítica contra o falso nacionalismo que algumas correntes dentro dos órgãos de segurança estão propagando em relação à Amazônia, na pretensa defesa da soberania nacional;
- apoio aos movimentos que estão empenhados em retomar a luta em favor da reforma agrária como condição necessária para o combate à miséria e destruição ambiental, bem como para conter o fluxo migratório em direção à Amazônia.

Com estas considerações e recomendações, entendemos este documento como uma contribuição de diálogo na busca de justiça, paz e integridade da Criação.



POR UMA CONVIVÊNCIA RESPONSÁVEL COM A CRIAÇÃO

Trechos do documento "A crise ecológica no contexto do conflito Norte-Sul. Uma análise do caso da Amazônia. Um estudo da Câmara Eclesial de Ajuda para o Desenvolvimento da Igreja Evangélica na Alemanha" (Hannover, 4 de junho de 1991)

PREFÁCIO

Um mundo, único e unido, uma visão que nos foi apresentada pela Assembléia Geral do Conselho Mundial de Igrejas (Uppsala, 1968) como um projeto a ser realizado, concretizado. Esta visão tornou-se o nosso destino nos planos econômico e ecológico. Não é somente pelo rádio e pela televisão que os acontecimentos do mundo distante entram em contato com a nossa vida. Eles intervêm de maneira real, enriquecem-nos e ameaçam-nos, tornam-nos felizes e são, ao mesmo tempo, perigosos. Os sucessos e os riscos se equilibram. É nossa tarefa não permitir que a balança penda irrevogavelmente para o lado errado.

Em dois aspectos nós, no chamado Primeiro Mundo, temos uma parcela de responsabilidade maior que a do Terceiro Mundo. Por um lado, dispomos de mais conhecimentos sobre os riscos. Por outro lado, porém, nós somos os principais responsáveis pela ameaça que paira sobre o mundo em decorrência do nosso apetite aparentemente insaciável, que, mais e mais, consome recursos do mundo. A maioria dos povos dos restantes dois terços do mundo está de tal modo envolvida na luta pela sobrevivência que mal pode tomar consciência dos problemas ecológicos à volta. Durante muito tempo esses problemas lhes pareceram típicos de sociedades prósperas, não os afetando. Tanto no Primeiro quanto no Terceiro Mundo necessita-se de um processo de conscientização ecológica.

No entanto, temos de tomar conhecimento do seguinte fato: a afirmação de que nós todos estamos no mesmo barco só é válida sob certas restrições e dissimula a realidade. É bem verdade que uma catástrofe climática iria afetar a todos os povos, mas nós teríamos melhores meios de lidar com ela. A elevação do nível da água no mundo por meio metro significaria para Bangladesh, por exemplo, o colapso total. Pelo menos, um terço das suas terras férteis ficaria inundado e a maioria da população ficaria privada de sua base vital. Eles fugiriam então para outras regiões do país,

que, por sua vez, não poderiam suportar um tal afluxo populacional. Já hoje o país não tem condições de abastecer e alimentar a sua população. Nós, em contrapartida, poderíamos elevar os diques, evitando o pior e garantindo a proteção de nossas cidades. Tais preparativos já há muito tempo estão em andamento. Mesmo que todos nós venhamos a sofrer com as mudanças climáticas, a população do Terceiro Mundo, desprotegida, estaria muito mais exposta a elas.

As alterações ecológicas vão repercutir no mundo inteiro. Por ora, as suas causas são locais e têm, em primeiro lugar e em grau muito mais acentuado, efeitos locais. Devem ser combatidas ao mesmo tempo nos níveis local e mundial. De pouco adianta despertar a consciência das pessoas no plano mundial se não se sensibilizar também a população, a economia, o governo e a administração. A afirmação inversa também é válida. Parece que foi esta a conclusão que levou a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil a pedir, em vista do "apocalipse da Amazônia", às suas igrejas irmãs no mundo inteiro para colaborar solidariamente na descrição precisa dos problemas atuais e na busca a mais concreta possível de caminhos para escapar aos perigos.

A ameaça de uma catástrofe climática é, porém, apenas um dos aspectos que leva as igrejas a se dirigirem ao público. O destino dos povos autóctones da Amazônia, dos povos da floresta, é outro aspecto. O destino dos colonos provenientes do sul do País para a bacia amazônica é ainda outro aspecto. Em muitos casos eles vieram para a Amazônia iludidos. Lá eles não têm futuro e se tornam vítimas da especulação, de uma política de colonização fracassada e da falta de uma reforma agrária. Não são apenas questões isoladas da proteção ambiental e da silvicultura que estão no centro do interesse deste estudo, mas sobretudo os seres humanos, cuja existência está diretamente ameaçada, pois seu espaço vital está sendo envenenado e queimado literalmente sob os seus pés.

Nós queremos agradecer às muitas pessoas que colaboraram na redação deste estudo, ao qual dedicaram um tempo considerável e que demonstraram um engajamento intenso. Para a redação deste relatório nós convidamos um grupo de especialistas para trabalhar junto com a comissão da Câmara. O primeiro esboço do trabalho foi distribuído a um grupo ainda maior de especialistas para apreciação. No Brasil discutimos extensamente a primeira versão com representantes de diversos grupos da sociedade civil que trabalham

Ronaldo Kotscho



Pista de pouso no parque Yanomami

ou se engajam com esses problemas. Sem este intercâmbio não teria sido possível redigir este relatório. Nós esperamos que o estudo pedido pelas Igrejas do Brasil e encomendado pelo Conselho da Igreja Evangélica da Alemanha possa ajudar a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) nas suas deliberações e que venha a nos dar impulsos para um futuro engajamento.

Somente juntos poderemos viver neste nosso mundo, garantir a sobrevivência e respeitar devidamente o direito das futuras gerações a um meio ambiente que seja propício à vida. Este estudo procura assim contribuir para o processo conciliar na busca de Justiça, de Paz e da Integridade da Criação e lança um apelo a todos os grupos da sociedade civil, igrejas, políticos, empresários e sindicatos no sentido de permitir que estes resultados da pesquisa acadêmica possam traduzir-se a curto prazo, em medidas concretas e de alcance profundo. (Theo Sundermeier, presidente da Câmara Federal de Ajuda para o Desenvolvimento da Igreja Evangélica na Alemanha)

A primeira parte deste estudo, uma introdução, apresenta a "Amazônia — um caso típico de destruição ecológica", cuja síntese dispensamos em vista do artigo "Amazônia: discurso ambiental e prática predatória", de Laís Menezes.

A segunda parte:

A CRISE ECOLÓGICA COMO AMEAÇA GLOBAL

Síntese:

1. Os países industrializados participam atualmente, de diversas maneiras, da destruição do meio ambiente no Terceiro Mundo, mas sobre-

tudo como maiores consumidores de matérias-primas, como financiadores e como atores principais de uma ordem econômica mundial que obriga os países em desenvolvimento à exploração predatória dos seus recursos naturais.

Daí os países em desenvolvimento encararem com ceticismo os esforços dos países industrializados por uma política internacional de proteção do meio ambiente. Eles exigem que os países industrializados mudem o seu próprio comportamento perdulário dos recursos naturais e danoso ao meio ambiente antes de apresentarem tais reivindicações aos países do Terceiro Mundo.

2. Política ecológica significa, sob o ponto de vista da política econômica, que os recursos naturais não podem mais ser aproveitados como bens livres. Os custos decorrentes do desgaste do meio ambiente devem ser debitados às unidades individuais de produção ou à economia nacional como um todo. Por outro lado, os benefícios decorrentes de um comportamento adequado ao meio ambiente só em raros casos podem ser quantificados. Escapam assim aos cálculos mercantis. A economia de mercado por si só não oferece incentivos suficientes para modificações dos padrões de comportamento que sejam úteis do ponto de vista ecológico.

3. Os problemas ecológicos no Terceiro Mundo também são muitas vezes problemas de distribuição. Isto vale sobretudo para a exploração excessiva de recursos naturais pelas camadas pobres da população. As chances de sobrevivência dessas camadas são de tal modo limitadas pela distribuição injusta — no plano nacional com no internacional — de riquezas e de recursos naturais que não se pode esperar delas um comportamento adequado à preservação do meio ambiente.

A terceira parte:

PROBLEMAS E CONTRADIÇÕES DAS SOLUÇÕES JÁ APRESENTADAS

Síntese:

1. Os instrumentos de verificação da compatibilidade com o meio ambiente empregados no contexto da cooperação pelo desenvolvimento entre os países industrializados e os países em desenvolvimento tiveram um sucesso até agora apenas limitado. O chamado "princípio de conserto" na política ambiental não pôde ser superado.

2. As formas de proteção técnico-administrativas do meio ambiente também se limitam a consertar a posteriori danos ambientais. Embora estas atividades possam ser importantes em casos individuais, as causas da destruição ambiental decorrentes de estruturas sociopolíticas vigentes permanecem na maioria dos casos intocadas.

3. As estratégias socioecológicas de proteção ambiental, que visam à recuperação do equilíbrio no relacionamento do homem com a sociedade e com a natureza, são muito abrangentes. Em decorrência de sua complexidade, porém, a implantação delas leva, na prática, muitas vezes, a fracassos.

4. O perdão da dívida externa dos países em desenvolvimento pode dar uma contribuição importante para aumentar as suas alternativas e possibilidades de ação com respeito a problemas ecológicos; no entanto, este perdão da dívida não poderia garantir que os países do Terceiro Mundo iriam proteger seus próprios recursos naturais.

A quarta parte:

PERSPECTIVAS PARA UM PENSAMENTO E UM COMPORTAMENTO ECOLÓGICOS

Síntese:

1. A atual crise ecológica tem suas raízes na concepção de que a natureza pode ser explorada à vontade pelo homem e de que ela pode ser dominada pela técnica. Para que voltemos a uma orientação socioeconômica compatível com o meio ambiente, o respeito pela natureza deve tornar-se parte integrante da nossa economia. O conceito de crescimento econômico quantitativo ainda vigente deve ser abandonado a favor de um conceito qualitativo de crescimento econômico e de desenvolvimento.

2. No plano internacional, o conceito de limitação dos problemas ecológicos ainda não é mais que um esboço. Quanto à realização político-prática de primeiras medidas internacionais isoladas ainda são necessárias melhorias consideráveis.

3. Em complemento aos governos das diversas nações, as organizações não-governamentais apóiam, em diversos países, associações ambientalistas e grupos da população ameaçados pela destruição do meio ambiente. No plano internacional, elas pressionam os

governos para fazer avançar as ações e os acordos bi e multilaterais referentes à preservação do meio ambiente.

4. É nossa tarefa como cristãos desenvolver uma nova compreensão da Criação como dádiva do Criador para nós. Uma convivência responsável com esta Criação, que é o nosso meio ambiente, exige uma revisão fundamental das nossas idéias referentes à prosperidade e ao nosso estilo de consumo.

4.1. O ponto de partida da cooperação pelo desenvolvimento das Igrejas é o homem; com respeito às questões ecológicas, isto significa que se devem apoiar sobretudo os grupos ameaçados pela destruição ambiental com medidas de conscientização, ajuda para a auto-organização e iniciativas para a preservação das suas bases vitais.

João Roberto Ripper/Imagens da Terra



Seringueiro no Acre

4.2. A missão do trabalho de formação relacionado com a política de desenvolvimento é aguçar, nas comunidades e nos grupos ligados às igrejas, a consciência quanto ao conjunto complexo de problemas relacionados com o conflito Norte-Sul e com a crise ecológica. No futuro, o dever de tais comunidades consistirá, cada vez mais, no desenvolvimento de um potencial criativo dentro das igrejas, urgentemente necessário para o desenvolvimento de um novo estilo de vida que seja compatível com o meio ambiente.

4.3. Também é preciso intensificar-se o diálogo sobre os problemas ecológicos entre as igrejas nos países do Terceiro Mundo e as igrejas nos países industrializados.

ECOLOGIA — CUIDAR DA PRÓPRIA CASA

Lori Altmann

*Kulina vai caçar.
Volta. O sol nasce.
O sol se põe.
Kulina vai ficando velho,
mas a terra não.
(Rimaná — Kulina)*

O texto bíblico comumente usado para a reflexão sobre ecologia é Gênesis. A criação. Vou fugir um pouco da praxe. Parto do sentido etimológico da palavra. Através dele olho para a Bíblia.

Ecologia chegou até a nossa língua do grego. É entendida como “o estudo das comunidades humanas em suas relações com o meio ambiente e sua adaptação a ele”. *Eco* vem de *oikos*, e seu leque de significados vai desde casa, lar, domicílio, habitação. Passa por família, descendentes, parentela, habitat, até chegar em povo, nação.

A palavra *casa* aparece uma infinidade de vezes na Bíblia. O leque de seu significado é tão amplo quanto o acima mencionado. Vamos perseguir um pouco esta palavra e tentar entendê-la.

Casa, na Bíblia, não é só o lugar, mas é também o modo de vida, o sistema. É como as comunidades humanas se organizavam economicamente na época e como ocupavam um determinado espaço físico.

Casa, então, não era somente o ambiente doméstico, mas o lugar social. O local e o modo como o povo fazia a sua história, ocupando um espaço e vivendo em sociedade. Não era um conceito estático, mas dinâmico.

A LÓGICA DA CASA

Do ponto de vista doméstico existe uma relação de afetividade muito forte em relação à casa. Do ponto de vista mais amplo também. Na casa estão as pessoas a quem amamos. É onde organizamos livremente nossa vida, nossos sonhos. É onde podemos ser nós mesmos.

Casa, como clã e como nação, nos desperta sentimentos de auto-identificação. A consciência



lrmgard

da diferença. Aquilo que nos é próprio em relação aos outros.

CASA NA BÍBLIA (AINDA)

Encontra-se na Bíblia a palavra *casa* como moradia, clã, parentela e também como povo, nação. No Antigo Testamento o templo aparece como casa de Deus. Mas a lógica do templo não é a lógica de Deus e de seu povo. É a lógica dominante, isto é, da monarquia. Por isso o templo é contestado como Sua casa. Javé não aceita ficar preso num templo, como denunciavam os profetas. Quer ficar em relação com a sua criação, com o seu povo. Em meio à vida.

“Assim diz o Senhor: o céu é o meu trono, a terra o estrado dos meus pés; que casa me edifi-

caréis vós? E qual é o lugar do meu repouso? Porque a minha mão fez todas estas cousas, e todas vieram a existir, diz o Senhor, mas o homem para quem olharei é este: o aflito e abatido de espírito, e que treme da minha palavra" (Is 66.1-2).

Jesus veio derrubar a lógica do templo. Ele afirma que o templo de Deus são os homens. Entre eles destaca os pobres, os oprimidos, as prostitutas... Sua lógica é a lógica dos despossuídos. Ela "não tinha onde reclinar sua cabeça".

VIVER EM CASA ALHEIA OU INVADIR A CASA DO OUTRO

Estar dominado, oprimido, no Antigo Testamento, muitas vezes é identificado como "estar em casa alheia", "no exílio" (Ex 13.3), "na casa da servidão" (Dt 6.12 e 8.14; Ex 13.14). Por outro lado, a condição para a autonomia era "estar em sua própria casa". Organizá-la conforme critérios e padrões próprios e não conforme critérios impostos e determinados por outros.

A promessa se cumpre com o acesso a uma "boa terra", onde seja possível estabelecer a própria casa, no sentido mais amplo do termo.

A dominação presente na Bíblia se concretiza quando se invade a casa do outro. A sua forma de vida, a sua organização. Quando se saqueia e

se impõem novas regras a partir da "casa" do dominador.

O DRAMA DA NOSSA REALIDADE ECOLÓGICA

O sistema colonialista europeu agiu exatamente assim em relação aos povos indígenas da América. Invadiu a sua casa, saqueando, matando, escravizando e quebrando toda a ordem ecológica existente. Quebrou o equilíbrio nas relações sociais e nas relações com a natureza. Acabou com uma forma própria de distribuição e reciprocidade. Acabou com um tipo de relação com a natureza, que permitia a auto-regeneração e a renovação. Onde o critério era a manutenção da vida humana e da natureza. Ambos interligados, pois explorava-se a natureza para o uso, para a subsistência, para o necessário, e não para a acumulação. Por que pegar mais do que o necessário, se estavam em sua casa e tudo era de todos?

A visão do dominador, no entanto, é etnocêntrica e fragmentária. Indiscriminada e irresponsável. O seu ponto de partida e de chegada é a sua própria casa. Por isso ele retira da casa do outro o quanto e enquanto pode, e passa para a sua casa. Mal vê ele que a destruição do outro, mais cedo ou mais tarde, será sua própria destruição. A natureza, o espaço/tempo ecológico é um todo. Não se atinge uma parte,

Irmgard



Irmgard



sem atingir o todo. Sem romper a ordem da criação.

O que já ocorreu em outras partes do Brasil se repete hoje no Norte. A ocupação da Amazônia nesta década está provocando um verdadeiro desastre ecológico. Não só porque as árvores estão sendo derrubadas, os rios e lagos destruídos por mercúrio, o regime de chuvas alterado. Mas, principalmente, porque está se destruindo a vida. Povos únicos, com seu próprio equilíbrio, suas culturas diferentes estão sendo exterminados.

Esse avanço sobre a Amazônia rompe uma relação amorosa milenar com a terra que garantia uma constância refletida nas palavras poéticas de Rimaná no início deste texto. Rompe a concepção da terra como espaço sagrado (e não é semelhante a visão bíblica?), da sua história, de sua religião, de sua vida. Rompe enfim a sua "casa".

A CRIAÇÃO E O SEU RESGATE

A primeira criação relatada em Gênesis, da qual o próprio Deus se alegrou, foi traída. O homem transgrediu os limites do "domínio" a ele conferidos (Gn 1.28), ao exercer domínio sobre outros homens e ao ameaçar a sobrevivência dos homens, com a sua forma de sujeitar o mundo. Esta transgressão perturbou a ordem inicial.

Agora para colocar ordem na casa é preciso garantir que cada povo fique com e na sua pró-

pria casa, acabando com toda forma de colonialismo. É preciso combater os maus governantes que servem aos interesses de outra casa.

"Ai dos que decretam leis injustas, dos que escrevem leis de opressão, para negarem justiça aos pobres, para arrebatarem o direito aos aflitos do meu povo, a fim de despojarem as viúvas e roubarem os órfãos!" (Is 10.1-2). E, finalmente, acabar com uma casa dividida. Buscar uma ordem de relações justas e equilibradas. Ou seja, fazer justiça às "viúvas" (Mt 23.14).

Acreditamos que na "Nova Criação", no "Reino de Deus", habitará a justiça. Formar-se-á uma comunidade perfeita e justa. Uma nova ecologia numa "Nova Terra" (2 Pe 3.13).

Nesta esperança termino com dois artistas acreanos. Um pintor, Babi, artista da imagem. Outro jornalista, Toinho, artista da palavra.

*Na Amazônia Ocidental de hoje
seus descendentes
(do primeiro homem) vivem
o mais triste momento da existência.
A era da destruição do verde
da instalação do Caos
na anatomia da natureza.
Destroem a fauna
e a flora
e se matam.
Babi França*

*Acordar nem sempre é estar de acordo. Às vezes,
nestes invernos amazônicos, amassando o barro
com meus pés pelas estradas enlameadas, acho
que Deus está querendo fazer um novo Adão. E
quando sinto no quadro e no texto de Babi
França aquele sopro antigo que moveu o
primeiro homem, chego a perceber uma Grande
Ordem por trás da serpente do aparente Caos.
Fico quase acordado.
Antonio Alves*

Lori Altmann é pastora da IECLB e mestrande em Ciências da Religião no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, em São Bernardo do Campo (SP). Ela conviveu durante sete anos entre a nação indígena Kulina, no Alto Purus, Acre.

TEO(ECO)LOGIA — UMA PERSPECTIVA DA FÉ BÍBLICA

Maurício Waldmann e Paulo Roberto Garcia

Pensar a questão ambiental numa perspectiva teológica e mística pressupõe, para além de um exercício bíblico, atender demandas daqueles que têm, nos livros sagrados, sua referência de especulação espiritual, determinante para sua prática social enquanto indivíduos e grupos. Não se trata, portanto, de mera incorporação mecânica da questão ecológica. É um esforço específico de compreensão, trabalhando uma dimensão (o ecologismo), cuja origem está em lutas historicamente externas às comunidades religiosas.

No entanto, ressaltar Francisco de Assis como o "Patrono da Ecologia" não resolve questões derivadas da incompreensão, por setores do movimento ecológico, do que se convencionou denominar "concepção judaico-cristã" de mundo, fundamentada na Bíblia Judaica (que para os cristãos é o Antigo Testamento) e no Novo Testamento.

Neste particular, é preciso primeiramente responder a leituras realizadas por setores do ambientalismo que assinalam na concepção judaico-cristã o "cerne da devastação do meio ambiente".

É este o parecer do historiador Lynn White que em artigo publicado na Revista Science (1967) — "The Historical Roots of Our Ecological Crisis" (Raízes Históricas da Nossa Crise Ecológica) — fundamenta a explicação da crise "na ética judaico-cristã". Assim, o legado bíblico, exposto no Gênesis, pelo qual o homem e a mulher deveriam ser fecundos, multiplicando-se, en-

chendo e submetendo a terra, dominando "os peixes do mar, as aves do céu e todos os seres vivos que estejam sobre a terra" (Gn 1.28), justificaria 4.000 anos de degradação ambiental.

Tal avaliação, repetida sistemática e acriticamente por diversas publicações ecológicas, transformou-se em obviedade para o público ambientalista, sem uma discussão aprofundada que um tema tão complexo mereceria.

Por outro lado, não são infrequentes as imagens que, poupando a concepção judaico-cristã de mundo, possuem viés de uma visão deformada da herança bíblica. "O Homem é o Satã desta terra", sentencia o teólogo europeu A. Gruhl. Nesta ordem de interpretação da problemática ambiental, a espécie humana é indicada, genericamente, como elemento de desequilíbrio e desarmonia, uma espécie maleficamente voltada para a depredação e a morte. É uma visão que, além de contraditória, com vários estudos antropológicos (onde se assinalam modelos não predatórios de relação com a natureza, no caso das sociedades ditas primitivas e das sociedades tradicionais), rejeita antecipadamente a possibilidade de homens e mulheres, organizados em outras bases sociais, econômicas, políticas e



ecológicas, poderem marcar positivamente a sua passagem sobre a Terra.

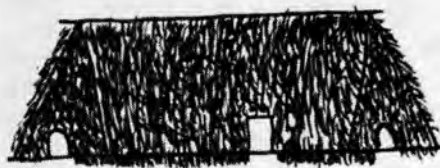
Inevitável ressaltar que estas visões, características de um segmento do movimento ecológico, continuamente trabalham com a *dimensão do sagrado*, constituindo, à sua maneira, também uma teologia e uma relação mística. Diz a este respeito Jean Dorst: "*O Homem apareceu como um verme na fruta, como uma traça num novelo de lã e roeu o seu habitat*". O desequilíbrio ambiental passa a estar identificado com a destruição de um *Paríso*, imagem de uma natureza original onde o grande estorvo é o próprio homem.

Surpreende nestas avaliações, especialmente quando se ataca a visão judaico-cristã de mundo, a ausência de parâmetros históricos e bíblicos (especialmente estes), pelo que destacamos:

1. O conceito de meio ambiente é historicamente condicionado, e somente é possível incorporá-lo enquanto parte de um processo social. O "natural" não é natural perante si mesmo, mas sim frente a uma humanidade socialmente organizada. Logo, entender automaticamente a espécie humana como "predatória" implica primeiramente no entendimento de qual meio ambiente está sendo depredado, o que varia de uma sociedade para outra. Atribuir à concepção judaico-cristã a origem de todos os males ambientais é dar-lhe conteúdo a-histórico, como se fosse possível pensar os nômades do Sinai, os hebreus das montanhas de Efraim, as primeiras comunidades cristãs e o feudalismo, mantendo um comportamento idêntico com a natureza. Este raciocínio, em nome da História, impõe à herança judaico-cristã um atributo metafísico que nega, em nome de sua afirmação, a própria origem histórica da degradação.

2. O entendimento do texto bíblico (hermenêutica) é passível de várias leituras (fundamentalista, crítico-histórica e crítico-sociológica). Pensar o texto bíblico como uma construção uniforme, alheia à conjuntura histórica em que foi elaborado (leitura fundamentalista) e procurar, a partir dos textos, apontar justamente os que justificam avaliações como as de Lynn White é um erro a ser evitado. Por exemplo, o versículo do Gênesis utilizado por White (cuja origem é o exílio babilônico), pode ser contrastado com outros, também presentes no Gênesis, como o chamado "segundo relato da criação" (Gn 2.4b-3.24), onde o primeiro homem e a primeira mulher desfrutaram de contato direto e harmonioso com a natureza.

3. Pensar a concepção judaico-cristã como associada indiscutivelmente à depredação obscurece o fato de os textos bíblicos (e portanto a mesma concepção judaico-cristã) constituírem ainda hoje uma fonte preciosa de enriquecimento das lutas sociais (entre elas a ecológica), voltada para o respeito às diferenças, ao solo, aos animais e a necessidade de preservar toda a criação (o fato de Noé, por exemplo, ter obedecido



a instrução de que nenhuma espécie deveria ser sacrificada no Dilúvio, deveria ser merecedora de atenção para Lynn White e outros historiadores).

4. Por fim, as palavras precedentes apontam para o desafio de entender que em uma teo(ecologia), temos obrigatoriamente uma dimensão mística "porque sensível ao mistério do mundo e ao mundo do mistério", que surge "quando fazemos a crítica radical do sentido da vida que está gerando a crise hoje" (frei Leonardo Boff). Constitui, enfim, um desafio ecumênico, que pensa articuladamente um mundo artificialmente dividido.

Este pequeno texto, escrito a quatro mãos por um judeu ecologista e um pastor metodista, é uma contribuição a este desafio, mesmo porque uma nova relação com a natureza se fundamenta em igual medida em uma nova relação entre todos os homens e todas as mulheres.

Maurício Waldman é sociólogo, geógrafo, militante ecologista e coordenador de meio ambiente da Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP). Paulo Roberto Garcia é biblista, pastor metodista e integrante do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

Ilustrações tiradas de "Madijadenicca Ima", de Abel O. Silva.

DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE INSUSTENTÁVEIS

Aurélio Vianna

O desenvolvimento têm sido o objetivo de todos os países do mundo, que lutam interna e externamente para alcançá-lo ou mantê-lo. Porém, várias críticas são feitas às propostas de desenvolvimento. Uma delas diz respeito às consequências catastróficas para o meio ambiente e a qualidade de vida. Daí a questão: é possível um desenvolvimento sustentável, que atenda às necessidades do presente sem comprometer o futuro? É possível conciliar desenvolvimento com preservação ambiental?

O desenvolvimento tem sido considerado, nas últimas décadas, a meta a ser atingida por todos os países do mundo. Em particular nos "países pobres" do Hemisfério Sul, o debate político em torno dos programas de desenvolvimento nunca questionou seu pressuposto básico: a necessidade do crescimento econômico e industrial.

No entanto, nos últimos anos, foram se constituindo críticas às propostas de desenvolvimento existentes. Uma delas, a ambientalista, aponta para a necessidade de controle do crescimento econômico para possibilitar sua continuidade no futuro.

Desta forma, a proposta ganhou força atravessando classes e grupos políticos, se pretendendo acima de interesses particulares em favor do bem comum, da humanidade, das gerações futuras, enfim, da sobrevivência do planeta.

Com a proximidade da ECO-92, a discussão em torno da sustentabilidade do desenvolvimento ganha a conotação da tentativa de criação de um consenso mundial. A construção de um futuro comum abrange, portanto, empresários, operários, camponeses, negros, mulheres, homens, povos indígenas, etc., pois, a continuar esse modelo de desenvolvimento, não existirá planeta para sobreviverem os homens.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A proposta do desenvolvimento sustentável encontra-se no relatório da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (criada pela Organização das Nações Unidas — ONU), apresentado em 1987 sob o título

tal, e ainda, ao fim da pobreza no mundo. Isto porque, em se mantendo os atuais modelos de desenvolvimento e os padrões de miséria atuais, a degradação ambiental chegará a níveis que a própria sobrevivência do planeta estaria ameaçada.

Assim, baseado em dados científicos alarmantes, o relatório consagra a proposta de desenvolvimento sustentável como uma alternativa à atual relação entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Em resumo, desenvolvimento sustentável seria aquele que atenderia às necessidades da população mundial no presente, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

Essa proposta foi generalizada em um momento em que as políticas desenvolvimentistas pa-



Vincent Carelli

Índios
Kalapó
visitam
Tucuruí

Nosso Futuro Comum. Esse estudo indica um quadro mundial que, por um lado, mostra que nunca houve tanta riqueza e fartura, e por outro, que a miséria, a poluição e a degradação ambiental aumentaram alarmantemente, apresentando-se assim o paradoxo de nosso tempo: a capacidade de se poder conciliar o desenvolvimento econômico à preservação ambien-

ra os países do Sul haviam fracassado e o movimento ecológico conseguia ganhar espaços na mídia — e na política — nos países do Norte. Além disso, o momento de sua publicação foi o do questionamento de diversas utopias de mudança social, da derrocada do socialismo real e do início da consolidação de uma "consciência planetária".

UM FUTURO NÃO TÃO COMUM

Mas nem tudo é consenso em torno dessa proposta. A idéia de que o atual modelo de desenvolvimento econômico é insustentável e de que estaríamos à beira de um colapso ambiental do planeta é confirmada por parte da comunidade científica mundial. Mas, para além de uma discussão científica, o interessante é lembrar que se é consenso a impossibilidade de que todos os cidadãos do mundo consumam tantos bens quanto os dos países do Norte — por exemplo, o consumo de energia per capita nos Estados Unidos é doze vezes maior do que na América do Sul —, e que, se isso ocorresse, entraríamos em um verdadeiro colapso ambiental, não é consenso que deve haver uma democratização — ou socialização — dos bens materiais produzidos no planeta. Isto é, se os países do Norte continuarem mantendo seu padrão de consumo e os do Sul sua pobreza, o planeta pode ser sustentável para as gerações futuras. Por exemplo, se os países do Norte continuarem emitindo a maior parcela de gás carbônico

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: GOVERNOS E SOCIEDADE CIVIL PROMOVEM EVENTOS DISTINTOS

O Rio de Janeiro será palco, em 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, convocada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU).

Seja qual for o nome que se queira dar — CNUMAD, Eco-92 ou Rio-92 —, a Conferência pretende ser um fórum mundial no qual os países devem definir uma fórmula capaz de harmonizar o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental.

A única vez que os países se reuniram para discutir a sobrevivência do planeta foi em Estocolmo (1972). Já — ou ainda — naquela época, questionava-se o preceito da capacidade ilimitada da natureza em absorver a expansão das atividades humanas, e alertava-se para o esgotamento dos recursos naturais e o saturamento da capacidade para armazenar o lixo produzido pela sociedade industrial. Entre as decisões da Conferência de Estocolmo destacam-se a condenação do uso e teste com bombas nucleares e a recomendação aos gover-

nos para que impedissem a contaminação dos mares por substâncias que afetassem a saúde do homem ou organismos marinhos.

Passados onze anos, em 1983 a ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, cujo relatório trouxe à tona a interligação sobre a problemática ambiental e o desenvolvimento. Os signatários do documento destacaram que "muitas das atuais tendências de desenvolvimento resultaram em um número cada vez maior de pessoas pobres e vulneráveis, além de causarem danos ao meio ambiente", e defendiam a necessidade do desenvolvimento sustentável, definido como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades".

De acordo com o Comitê Preparatório da Eco-92, cada Estado-membro da ONU deve elaborar relatórios que reflitam experiências e perspectivas nacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento. O Comitê recomenda, também, que as organizações não-governamentais (ONGs) e grupos de cidadãos tenham participação na elaboração dos relatórios. O governo brasileiro organizou a Comissão Interministerial de Meio Ambiente (Cima), chefiada pelo ministro Francisco Rezek, que preparou os "Subsídios Técnicos para a Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a CNUMAD". Tal documento, segundo a Cima, "corresponde às contribuições de numerosos consultores e representam a essência de suas percepções sobre os temas enfocados". Mas faz uma ressalva fundamental: "O texto (...), base inicial dessa reflexão nacional, de maneira alguma

Foto de Paulo Whitaker / Folhas



Desmatamento e queimadas: rastro da destruição

condicionará a versão final do documento (...)"'. Como se vê, a participação da sociedade civil ficou restrita à formulação de críticas e sugestões que poderão ou não constar da versão final do relatório.

O EVENTO PARALELO DA SOCIEDADE CIVIL

Além da conferência oficial patrocinada pela ONU, ocorrerá simultaneamente o Fórum Global Rio-92. Promovido por entidades da sociedade civil em nível nacional e internacional, o Fórum constitui um conjunto de eventos que englobam encontros de mulheres, jovens, índios, organizações não-governamentais, entre outros. O Fórum Brasileiro de ONGs e o Comitê Internacional de Apoio têm a responsabilidade de coordenar o evento e fornecer a infra-estrutura e a logística, de forma que todos os setores tenham oportunidade de expressar suas opiniões independentes. Entre os eventos previstos estão debates, conferências, exposições, reuniões de trabalho, etc.

O Fórum deverá preparar um documento — Relatório Nacional da Sociedade Civil —, onde vai exprimir o olhar dos movimentos sociais organizados sobre as questões ambientais e do desenvolvimento. Nesta ótica, a questão ambiental será entendida em sua estreita articulação com a questão social. O documento, embora crítico, não deverá se restringir à denúncia, mas buscará formular propostas de políticas e exprimir projetos da sociedade que se apresentem como alternativas ao atual modelo de desenvolvimento. Neste sentido, o relatório explicitará o papel dos movimentos sociais enquanto sujeitos políticos destes novos projetos de sociedade, em que vigorem a justiça social, a cidadania plena e a integração harmônica entre a sociedade e a natureza.

Laís Menezes, CEDI

Charles Vincent



Jato d'água: garimpeiro dissolve a terra

produzido no mundo e os países do Sul mantiverem suas florestas preservadas, talvez seja possível controlar o efeito estufa, que ameaça o planeta.

AS INSUSTENTABILIDADES DO CONCEITO

A crítica a essa proposta de desenvolvimento sustentável também tem explorado alguns pontos conceituais. Por exemplo, quando o relatório da ONU fala em necessidades dos homens hoje e no futuro, esquece que as necessidades são históricas. "Os homens" não têm necessidades a serem satisfeitas, mas somente homens concretos, de carne e osso, que vivem em um tempo. A necessidade de consumo de energia de um homem que vivia há cem anos era extremamente menor que a do atual, assim como a necessidade de consumo de energia de um camponês é menor que a de um cidadão. O mesmo acontece em relação ao "espaço". As idéias de desenvolvimento sustentável têm se concretizado, via de regra, em áreas delimitadas. Reservas extrativistas, experiências de

agricultura auto-sustentada, comunidades auto-sustentadas são exemplos dados pelos defensores da proposta. Esses exemplos, geralmente no âmbito rural, muitas vezes aparecem como "ilhas" (ou "aquários") de sobrevivência de uma relação "ideal" do homem com a natureza, mas inteiramente delimitadas no espaço e sem alterarem a lógica do sistema que faz com que elas só possam estar circunscritas àqueles locais.

Nesse contexto, o debate em torno da relação entre desenvolvimento e meio ambiente pode ficar restrito à discussão colocada pela proposta de desenvolvimento sustentável, que não questiona os pressupostos econômicos do sistema que provoca a miséria. Ou então, pode se direcionar a um profundo questionamento das relações de dominação existentes em nossa sociedade e entre os países, pois a sustentabilidade do planeta não se encontra apenas na preservação da natureza, mas na mudança das relações de dominação entre os homens.

Aurélio Vianna é antropólogo, e integra o Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI.